DER

DADOS ABERTOS

TRANSPARÊNCIA E AGILIDADE

São Paulo, 2025

DER

Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

3 *INTRODUÇÃO*

5 *OBJETIVOS*

6 *CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS*
INVENTÁRIO DE DADOS

8 *DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA*
CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A PRIORIZAÇÃO

9 ***CRITÉRIO 1:*** *GRAU DE RELEVÂNCIA PARA O CIDADÃO (CONSULTA PÚBLICA)*

10 ***CRITÉRIO 2:*** *DADOS MAIS SOLICITADOS EM TRANSPARÊNCIA PASSIVA (LAI)*

11 ***CRITÉRIO 3:*** *ESTÍMULO AO CONTROLE SOCIAL*

12 ***CRITÉRIO 4:*** *OBRIGATORIEDADE LEGAL / COMPROMISSO ASSUMIDO*

13 ***CRITÉRIO 5:*** *ASSOCIAÇÃO A PROJETOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO*

15 ***CRITÉRIO 6:*** *DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS*

16 ***CRITÉRIO 7:*** *FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*

18 ***CRITÉRIO 8:*** *POSSIBILIDADE DE FOMENTO A NOVOS NEGÓCIOS SUSTENTÁVEL*

21 *PUBLICIZAÇÃO*

24 *MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO*

26 *ANÁLISE DE RISCOS*

27 *PLANO DE AÇÃO*

30 *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

INTRODUÇÃO

O Plano de Dados Abertos do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP) reafirma o compromisso da instituição com a transparência e o fortalecimento das relações entre o poder público e a sociedade civil. Com essa iniciativa, o DER/SP não apenas disponibiliza informações de forma acessível, mas também busca ampliar a interação com pesquisadores, inovadores e cidadãos interessados em contribuir para a gestão eficiente da malha rodoviária estadual.

Além de aprimorar a comunicação interna e externa, o plano visa fomentar a inovação e consolidar a política de dados abertos como um instrumento essencial para a modernização da administração pública. Esse compromisso está respaldado por marcos legais sólidos, incluindo o Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos da Controladoria-Geral do Estado (CGE), o Decreto nº 68.769, de 14 de agosto de 2024 e a Resolução CGE nº 014, de 24 de setembro de 2024, que estabelecem diretrizes claras para garantir a abertura, a integridade e o uso estratégico dos dados públicos. A seguir, será apresentado o cenário institucional que sustenta a implementação da política de dados abertos no DER/SP, destacando as estruturas, competências e desafios envolvidos no fortalecimento dessa iniciativa.

Cenário Institucional

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP) possui uma trajetória de 90 anos, consolidando-se como uma das instituições mais relevantes na gestão rodoviária do país. Sua missão é administrar o sistema rodoviário estadual, promovendo a integração com rodovias municipais e federais e demais modos de transporte, sempre em busca de inovações que o mantenham como referência no segmento. Com valores como ética, sustentabilidade e integridade, e a visão de garantir conforto e segurança aos usuários por meio de uma gestão pautada pela transparência e participação social, o DER/SP é responsável por uma das maiores e mais bem avaliadas malhas rodoviárias do Brasil.

O cenário institucional do DER/SP é sustentado por instrumentos de gestão e planejamento que norteiam sua atuação e garantem alinhamento estratégico. Nesse contexto, o Plano de Dados Abertos (PDA) surge como uma extensão natural desse compromisso, promovendo a transparência, a governança e a inovação nos processos internos e externos. Além disso, sua implementação está alinhada ao princípio constitucional da publicidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, e à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), reforçando o compromisso do DER/SP com a abertura e o uso estratégico dos dados públicos.

A Diretoria de Planejamento desempenha um papel central nesse cenário, sendo responsável pelo planejamento e gestão da infraestrutura rodoviária estadual. Além de garantir a eficiência na administração das rodovias, essa diretoria atua no processamento de dados essenciais para a realização de estudos e projetos que suportam a tomada de decisão estratégica.

Dentro dessa estrutura, destaca-se a Coordenadoria de Estudos e Pesquisa (CEP), instituída pela Portaria SUP/DER nº 067 de 18 de setembro de 2023, cuja visão é ser referência em pesquisa, desenvolvimento e inovação, promovendo transparência, integridade e governança. Com um compromisso explícito em seu Planejamento Estratégico de 2025, a CEP lidera esforços para integrar a gestão e análise de dados, impulsionando práticas sustentáveis e soluções inovadoras para o futuro da gestão rodoviária. A abertura de bases de dados à população, conduzida pela CEP, não apenas fortalece os laços com instituições de pesquisa, mas também agrega valor aos projetos já existentes, alinhando-se aos valores fundamentais do DER/SP e colaborando para o desenvolvimento sustentável.

Outra área fundamental nesse contexto é a Assessoria de Ouvidoria, que trabalha na construção de uma gestão mais transparente e participativa. Como canal oficial de comunicação entre o DER/SP e a sociedade, a Assessoria de Ouvidoria permite que os cidadãos apresentem demandas, dúvidas, sugestões e críticas, promovendo maior accountability e garantindo que a voz da população seja considerada nos processos de tomada de decisão.

Além disso, a área também é responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assegurando que qualquer pessoa possa solicitar e obter dados públicos de forma clara e acessível. Sua atuação é vital para fortalecer a confiança pública no órgão e garantir que o Plano de Dados Abertos atenda de maneira efetiva às necessidades da sociedade. Esse compromisso está respaldado pelo Decreto nº 68.769/2024, pela Resolução CGE nº 14/2024 e pelo Decreto nº 68.155/2023.

A partir de 1º de março, o Departamento passou a adotar uma nova estrutura, regulamentada pelo Decreto n° 68.742, de 05 de agosto de 2024. No entanto, as atribuições das áreas mencionadas permanecem em conformidade com os dispositivos aos quais este plano se refere.

A seguir, serão apresentados os objetivos do Plano de Dados Abertos, detalhando como essa iniciativa se alinha ao compromisso do DER/SP de promover a transparência, a inovação e o engajamento social em suas atividades.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Promover a transparência e controle na gestão rodoviária estadual por meio da abertura e disseminação de dados públicos, fomentando a interação com a sociedade, o desenvolvimento de pesquisas e inovações, a melhoria da comunicação interna e externa, e a institucionalização da política de dados abertos como instrumento estratégico para a modernização e a governança do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Garantir a acessibilidade dos dados públicos: Estruturar e disponibilizar bases de dados de forma padronizada, organizada e em formatos abertos, atendendo às demandas da sociedade e das instituições de pesquisa.
- Fortalecer a governança e a integridade dos dados internos: Estabelecer processos e diretrizes que assegurem a qualidade, a atualização e a confiabilidade das informações publicadas.
- Estimular a participação social e a colaboração: Promover iniciativas que envolvam a sociedade civil, universidades, centros de pesquisa e mercado no uso dos dados abertos para inovação e desenvolvimento de soluções.
- Melhorar a integração entre as áreas do DER/SP: Utilizar os dados abertos como ferramenta para integrar processos internos, facilitar o compartilhamento de informações e otimizar a tomada de decisão.
- Ampliar a institucionalização da política pública de dados abertos: Alinhar o Plano de Dados Abertos (PDA) aos instrumentos de planejamento estratégico e de gestão do DER e do Governo de São Paulo, consolidando a cultura de transparência e inovação no órgão.
- Monitorar e avaliar o impacto do PDA: Desenvolver métricas e indicadores para acompanhar o uso e os resultados obtidos com a implementação da política de dados abertos, garantindo sua eficácia e contínua evolução.

Os objetivos definidos no Plano de Dados Abertos do DER/SP refletem o compromisso da instituição com a transparência, a inovação e a promoção de práticas sustentáveis, alinhando-se à missão e visão do órgão. Esses objetivos guiarão a implementação de ações estratégicas que garantirão o acesso e o uso efetivo dos dados abertos, fortalecendo a interação com a sociedade e a governança interna.

A seguir, serão detalhadas as etapas de construção e execução do Plano de Dados Abertos, abrangendo os processos de planejamento, estruturação e operacionalização que sustentam a política de dados abertos no âmbito do DER/SP.

CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS

1

O primeiro passo para a elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA) foi a articulação entre as áreas da Coordenação de Estudo e Pesquisa (CEP), Assessoria de Ouvidoria, Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CIP) e Assessoria de Comunicação, responsáveis por coordenar as ações necessárias para o cumprimento do estabelecido na Resolução CGE nº 14/2024, de 24 de setembro de 2024.

2

Como segunda etapa, realizou-se um levantamento das bases de dados existentes em parceria com a área de informática, resultando na construção de um inventário detalhado, como é possível verificar na integra no item abaixo, “dados selecionados para abertura”. Esse mapeamento permitiu identificar os conjuntos de dados disponíveis, seus formatos, níveis de restrição e potencial para abertura, sempre em conformidade com as diretrizes da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e os requisitos estabelecidos para consulta pública, através do Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos.

3

Na sequência, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) realizou uma consulta pública para avaliar o grau de relevância, atribuído pela sociedade, às bases de dados inventariadas. Por meio dessa consulta, os cidadãos puderam classificar cada base de dados como muito relevante, relevante, de relevância moderada, pouco relevante ou sem relevância. Os resultados dessa participação foram utilizados para auxiliar na definição das bases prioritárias, e estão especificados também no item "dados selecionados para abertura”.

4

Por fim, foi elaborada a estratégia de abertura dos dados, definindo o modelo de publicação, os formatos e a periodicidade de atualização. Nesse contexto, o plano foi estruturado para organizar e manter suas diretrizes ao longo da vigência, estabelecer as etapas para a disponibilização dos conjuntos de dados priorizados e definir ações para divulgar e incentivar seu uso, garantindo maior transparência, controle social e aprimoramento das políticas públicas.

INVENTÁRIO DE DADOS

A elaboração do Inventário de Bases de Dados do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP) foi uma etapa fundamental para a construção do Plano de Dados Abertos (PDA), alinhando-se às diretrizes de transparência e acesso à informação pública. Esse processo foi conduzido de forma colaborativa entre a Coordenadoria de Informática (CIP), responsável pela compilação técnica dos dados, e a Coordenadoria de Estudo e Pesquisa (CEP), encarregada do preenchimento dos formulários fornecidos pela Controladoria-Geral do Estado (CGE).

O ponto de partida para a produção do inventário foi a disponibilização de formulários padronizados pela CGE, que continham campos específicos para coletar informações detalhadas sobre cada base de dados mantida pelo DER-SP. Esses formulários tinham como objetivo estruturar as informações conforme critérios estabelecidos pela CGE, assegurando uniformidade na apresentação e classificação dos dados. A equipe da CEP realizou manualmente o preenchimento desses formulários, identificando e descrevendo cada base de dados sob sua gestão. Esse processo envolveu a caracterização das bases quanto ao conteúdo, frequência de atualização, responsáveis pela manutenção, formato de armazenamento e eventuais restrições de acesso. Com base nesse inventário, foi realizada a consulta pública da CGE sobre a relevância da abertura das bases sinalizadas.

ÁREA	NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS
DV - COV	ATD	Sistema de Analisadores de Tráfego
DV - COV	CAMERAS	Sistema de Monitoramento de Câmeras
DA - CGRA	DIARIAS	Sistema de Diárias
PRESIDÊNCIA - GAB	DTM	Sistema de Controle de Determinações
PRESIDÊNCIA - GAB	PORTARIAS	Sistema de Controle de Portarias
DO	SAC	Sistema de Administração da Conservação
DP - CDP	SCDES	Sistema de Controle de Desapropriação
DP - CGP	SGCON	Sistema de Gerenciamento de Convênios
DP - CDP	SGFD	Sistema de Gerenciamento de Faixa de Domínio
DE - CEE	SGP	Sistema de Gerenciamento de Pavimentos
DP - CAP	SIAR	Sistema de Informações Ambientais Rodoviárias
DP - CEP	SICAD	Sistema de Cadastro de Denominação
DA - CGRA	SICAF	Sistema de Cargos e Funções
DV - COV	SICAM	Sistema de Câmeras
DP	SIGERO	Sistema de Arquivo DERSA
DE - CGPE	SIGOA	Sistema De Gestão de Obras de Arte
DV - COV	SIGOR	Sistema Gerenciamento de Eventos Rodoviários
DV - CPV	SIPAT	Sistema de Controle de Pátios e Leilão de Veículos
DP - CEP	SIRGEO	Sistema de Informações Rodoviárias Georreferenciadas
DP - COV	VDMS	Contagem Volumétrica Classificatória
DP	FCT	Sistema de Controle de Contratos de Obra
CGFA	FCV	Sistema de Controle de Convênios e Outros Contratos

ÁREA	NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS
DP e DA - CGFA	SGFD	Sistema de Gestão da Faixa de Domínio
DA - CGFA	SCGR	Sistema de Controle de Guias e Receita
DP	SCTT Apoio	Sistema de Controle de TPU
DP - CGCP	SCTO Apoio	Sistema de Controle de Contratos
DP	SCTA Apoio	Sistema de Controle de Contratos
DP	VDM	Volume Diário Médio de Tráfego

DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA

O Plano de Dados Abertos (PDA) do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER/SP) contempla a abertura de 27 bases de dados ao longo de seus dois anos de vigência. A definição da ordem de disponibilização dessas bases seguiu um processo criterioso, baseado em uma matriz de priorização que considerou oito critérios previamente estabelecidos pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), conforme a Resolução nº 03 CGNDA.

OS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A PRIORIZAÇÃO FORAM:

- **Critério 1:** Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, §1º);
- **Critério 2:** Mais solicitados em transparência passiva desde a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, VIII);
- **Critério 3:** Estímulo ao controle social (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, II);
- **Critério 4:** Possui obrigatoriedade legal / compromisso assumido de disponibilização do dado (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, III);
- **Critério 5:** Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, IV);
- **Critério 6:** Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, V);
- **Critério 7:** Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, VI);
- **Critério 8:** Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº 03 CGNDA, Art. 1º, VII).

A todos os critérios foi atribuído peso 1, com exceção do critério 4, que recebeu peso 2, em função da importância do decreto governamental que estabelece a obrigatoriedade do Plano de Dados Abertos.

A avaliação e pontuação das bases de dados foram conduzidas pelo Núcleo Avaliador de Dados Abertos, composto por representantes das áreas responsáveis pelas bases selecionadas e pelas unidades envolvidas na elaboração do plano. Esse núcleo foi constituído a partir de diálogos entre as áreas do DER. Participaram desse processo a Coordenação de Estudo e Pesquisa (CEP), Assessoria de Ouvidoria, Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CIP) e Assessoria de Comunicação, áreas responsáveis pela elaboração do documento.

A priorização das bases de dados a serem abertas pelo Plano de Dados Abertos (PDA) do DER/SP seguiu uma metodologia estruturada baseada em critérios objetivos. A aplicação dos critérios estabelecidos pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) garantiu que a ordem de abertura das bases considerasse tanto a demanda social quanto a relevância institucional e governamental.

CRITÉRIO 1

GRAU DE RELEVÂNCIA PARA O CIDADÃO (CONSULTA PÚBLICA)

Para avaliar a relevância das bases de dados do ponto de vista da sociedade, foi realizada uma consulta pública. As notas foram atribuídas conforme a pontuação recebida pelos respondentes para cada base. Bases que não apareceram na consulta pública receberam automaticamente 1 ponto, com peso zero, pois não foram julgadas pela população como muito ou pouco relevantes, ou seja, não foram mencionadas na consulta.

A tabela a seguir detalha, de forma agregada, as respostas obtidas na consulta publica.

Base de dados	Muito relevante (5)	Relevante (4)	Relevância moderada (3)	Pouco relevante (2)	Sem relevância (1)	Total	Nota para priorização
CAMERAS - sistema de monitoramento de câmeras	11	3	1	0	1	16	4.44
SIRGEO - Sistema de informações rodoviárias georreferenciadas	14	2	0	0	1	17	4.65
VDMS - Contagem volumétrica classificatória	9	5	2	0	1	17	4.24
DTM - sistema de controle de determinações	7	5	1	2	1	16	3.94
VDM - Volume diário médio de tráfego	7	6	2	1	0	16	4.19
SAC - Sistema de administração da conservação	11	5	1	0	0	17	4.59
SGP -Sistema de gerenciamento de pavimentos	9	7	1	0	0	17	4.47
SICAD- Sistema de cadastro de denominação (NOME DA RODOVIA)	7	4	3	1	0	15	4.13
SICAM - sistema de câmeras	10	5	1	0	1	17	4.35
SIGOR – Sistema de gerenciamento de eventos rodoviários	11	4	1	1	0	17	4.47

DADOS MAIS SOLICITADOS EM TRANSPARÊNCIA PASSIVA (LAI)

Para o critério 2 foram utilizados os pedidos no Serviço de Informação ao Cidadão (SICs), recebidos pela Assessoria de Ouvidoria. Os pedidos são categorizados conforme subtemas preestabelecidos, identificados por meio de tags utilizadas pelo sistema gestor dos SICs, o FalaSP. Cada tag foi associada a uma ou mais bases de dados correspondentes. As notas de 1 a 5 foram atribuídas conforme a frequência de ocorrência de SICs vinculados a cada tag.

TEMAS	TAGS	BASES DE DADOS	SOLICITAÇÕES SIC	NOTA PARA PRIORIZAÇÃO
ASSÉDIO MORAL	AGENTES PÚBLICOS			1
ASSÉDIO SEXUAL	AGENTES PÚBLICOS			1
AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO	BALANÇAS, RADARES, LAUDOS, LEILÕES, PÁTIOS, MULTAS, BAIXA DE MULTAS, PEDÁGIOS, IMAGENS, OCUPAÇÕES/ACESSOS IRREGULARES	SIPAT, SICAM, CAMERAS, SGFD e SCDES	791	5
COMÉRCIO E SERVIÇOS	AUTORIZAÇÃO E CREDENCIAMENTO	SCTA Apoio, FCV, SCGR, SGCON, SCTO Apoio	13	2
COMPETÊNCIA DE OUTRO ÓRGÃO	RODOVIAS CONCEDIDAS, ILUMINAÇÃO, PARADA DE ÔNIBUS, POLÍCIA MILITAR RODOVIÁRIA		27	3
COMPRAS E LICITAÇÕES	COMPRAS E LICITAÇÕES	SCTA Apoio, FCT e SCTO Apoio	3	1
COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES	DTM e PORTARIAS	1	1
CONDUTA DE AGENTE	AGENTES PÚBLICOS E UBA	DIARIAS, SICAF e SIGOR	0	1
CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS	CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS			1
CORRUPÇÃO E FRAUDE	CORRUPÇÃO E FRAUDE			1
DADOS PESSOAIS – LGPD	DADOS PESSOAIS – LGPD			1
DEMANDA INCOMPREENSSÍVEL	DEMANDA INCOMPREENSSÍVEL			1
INFORMAÇÕES	INFORMAÇÕES			1
INFRAESTRUTURA E FOMENTO	MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO, SINALIZAÇÃO. OBRAS E FLUIDEZ DE TRÁFEGO	SGP, SIGOA, FCT, SAC e VDMS, ATD e VDM	38	3
MEIO AMBIENTE	ANIMAIS (FAUNA) E VEGETAÇÃO (FLORA)	SIAR	1	1

TEMAS	TAGS	BASES DE DADOS	SOLICITAÇÕES SIC	NOTA PARA PRIORIZAÇÃO
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	PROJETOS		4	1
PLANEJAMENTO E GESTÃO	DESAPROPRIAÇÃO, GEORREFERENCIAMENTO, FAIXA DE DOMÍNIO, DANOS AO VEÍCULO E DANOS AO PATRIMÔNIO	SCDES, SIRGEO, SGFD E SIGOR	12	2
TRANSPORTES	AET		84	4

CRITÉRIO 3

ESTÍMULO AO CONTROLE SOCIAL

Este critério foi avaliado por meio de um questionário destinado ao Núcleo Avaliador de Dados Abertos. Cada base foi pontuada conforme a percepção dos avaliadores, respondendo a seguinte pergunta “Na sua opinião, qual o grau de importância a base de dado promove estímulo à participação social? “. A resposta tinha cinco opções fechadas, conforme escala Likert, que iam de “nenhum estímulo” a “Estimula totalmente”. *A cada opção, foi atribuída uma pontuação equivalente, conforme tabela abaixo:*

Likert Resposta dos avaliadores	Pontuação equivalente
Sem estímulo	1
Pouco estímulo	2
Estimula razoavelmente	3
Estimula consideravelmente	4
Estimula totalmente	5

Ao fim, para cada base de dados foi feita uma média da pontuação dada por cada um dos 4 avaliadores, de modo que as bases de dados foram pontuadas da seguinte maneira:

Base de dados	Média no critério 3
ATD	4.5
CAMERAS	3
DIARIAS	3.5
DTM	2
PORTARIAS	3
SAC	5
SCDES	5
SGCON	3.5
SGFD	5
SGP	5

Base de dados	Média no critério 3
SIAR	4
SICAD	1.5
SICAF	4
SICAM	3
SIGERO	2.5
SIGOA	5
SIGOR	5
SIPAT	5
SIRGEO	4.5
VDMS	4.5
FCT	4
FCV	4
SCGR	3.5
SCTT Apoio	4.5
SCTO Apoio	4
SCTA Apoio	4
VDM	4.5

CRITÉRIO 4

OBRIGATORIEDADE LEGAL / COMPROMISSO ASSUMIDO

A pontuação deste critério foi binária. Se o decreto governamental que estabelece a política de dados abertos mencionasse um item que pudesse ser diretamente associado a uma base de dados específica, essa base recebia a pontuação máxima (5 pontos). Bases não mencionadas no decreto receberam a pontuação mínima (1 ponto).

	NOME DA BASE DE DADOS	PONTUAÇÃO
ATD	Sistema de Analisadores de Tráfego	1
CAMERAS	Sistema de Monitoramento de Câmeras	1
DIARIAS	Sistema de Diárias	5
DTM	Sistema de Controle de Determinações	1
PORTARIAS	Sistema de Controle de Portarias	1
SAC	Sistema de Administração da Conservação	1
SCDES	Sistema de Controle de Desapropriação	1
SGCON	Sistema de gerenciamento de convênios	5

	NOME DA BASE DE DADOS	PONTUAÇÃO
SGFD	Sistema de Gerenciamento de Faixa de Domínio	1
SGP	Sistema de Gerenciamento de Pavimentos	1
SIAR	Sistema de Informações Ambientais Rodoviárias	1
SICAD	Sistema de Cadastro de Denominação	1
SICAF	Sistema de Cargos e Funções	5
SICAM	Sistema de Câmeras	1
SIGERO	Sistema de Arquivo DERSA	5
SIGOA	Sistema De Gestão de Obras de Arte	1
SIGOR	Sistema gerenciamento de eventos rodoviários	1
SIPAT	Sistema de Controle de Pátios e Leilão de Veículos	1
SIRGEO	Sistema de Informações Rodoviárias Georreferenciadas	1
VDMS	Contagem Volumétrica Classificatória	1
FCT	Sistema de Controle de Contratos de Obra	5
FCV	Sistema de Controle de Convênios e Outros Contratos	5
SCGR	Sistema de Controle de Guias e Receita	5
SCTT Apoio	Sistema de Controle de TPU	1
SCTO Apoio	Sistema de Controle de Contratos	5
SCTA Apoio	Sistema de Controle de Contratos	5
VDM	Volume Diário Médio de Tráfego	1

ASSOCIAÇÃO A PROJETOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO

As bases de dados foram analisadas quanto à sua vinculação com produtos e indicadores do Plano Plurianual (PPA). Assim como no critério anterior, a pontuação foi binária: bases associadas a produtos e indicadores do PPA receberam nota 5, enquanto as demais receberam nota 1.

Essa metodologia assegura que a priorização da abertura das bases de dados seja feita de maneira transparente, considerando critérios técnicos e a demanda da sociedade, garantindo uma implementação eficiente do PDA.

A pontuação atribuída a cada base de dados pode ser verificada na tabela abaixo, refletindo a ordem de abertura conforme a priorização estabelecida. Esse método garante a transparência e a efetividade do PDA, alinhando-se às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo para a ampliação da abertura de dados públicos.

CRITÉRIO	BASE	REFERÊNCIA	PROGRAMA	PRODUTO	INDICADOR
5	SGP	PPA	2627		5338
5	SAC	PPA	2627	2469	5345
5	SGP	PPA	2627	2469	5345
5	SIRGEO	PPA	2627	2469	5345
5	FCT	PPA	2627	2469	5345
5	ATD	PPA	2627	2469	5347
5	SCDES	PPA	2627	2469	5347
5	SGFD	PPA	2627	2469	5347
5	VDMS	PPA	2627	2469	5347
5	VDM	PPA	2627	2469	5347
5	SAC	PPA	2627	2472	5823
5	SGP	PPA	2627	2472	5823
5	SIRGEO	PPA	2627	2472	5823
5	FCT	PPA	2627	2472	5823
5	SIAR	PPA	2627	2476	5357
5	SIAR	PPA	2627	2476	5360
5	SIAR	PPA	2627	2479	5361
5	SIAR	PPA	2627	2479	5363
5	SIGOR	PPA	2627		5286
5	CAMERAS	PPA	2627	2447	5292
5	SICAM	PPA	2627	2447	5292
5	SIGOR	PPA	2627	2454	5302
5	SIGOR	PPA	2627	2454	5305
5	SIGOR	PPA	2627	2462	5320
5	SIGOR	PPA	2627	2462	5324
5	SAC	PPA	2627	2465	5326

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Este critério foi avaliado por meio de um questionário destinado ao Núcleo Avaliador de Dados Abertos. Cada base foi pontuada conforme a percepção dos avaliadores, respondendo a seguinte pergunta “Na sua opinião, a base de dado demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos? “. A resposta tinha cinco opções fechadas, conforme escala Likert, que iam de “não demonstra” a “demonstra totalmente”. *A cada opção, foi atribuída uma pontuação equivalente, conforme tabela abaixo:*

Likert Resposta dos avaliadores	Pontuação equivalente
Não demonstra	1
Pouco demonstra	2
Demonstra razoavelmente	3
Demonstra consideravelmente	4
Demonstra totalmente	5

Ao fim, para cada base de dados foi feita uma média da pontuação dada por cada um dos 4 avaliadores, de modo que as bases de dados foram pontuadas da seguinte maneira:

Base de dados	Média no critério 6
ATD	4
CAMERAS	2.5
DIARIAS	2.5
DTM	2
PORTARIAS	3
SAC	5
SCDES	5
SGCON	3
SGFD	5
SGP	5
SIAR	4
SICAD	1
SICAF	3
SICAM	2.5
SIGERO	2.5

Base de dados	Média no critério 6
SIGOA	5
SIGOR	5
SIPAT	4
SIRGEO	4.5
VDMS	4
FCT	3.5
FCV	3.5
SCGR	3.5
SCTT Apoio	4
SCTO Apoio	4
SCTA Apoio	4
VDM	4

CRITÉRIO 7

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este critério foi avaliado por meio de um questionário destinado ao Núcleo Avaliador de Dados Abertos. Cada base foi pontuada conforme a percepção dos avaliadores, respondendo a seguinte pergunta “Na sua opinião, a base de dado demonstra capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável?“. A resposta tinha cinco opções fechadas, conforme escala Likert, que iam de “não demonstra” a “demonstra totalmente”. *A cada opção, foi atribuída uma pontuação equivalente, conforme tabela abaixo:*

Likert Resposta dos avaliadores	Pontuação equivalente
Não demonstra	1
Pouco demonstra	2
Demonstra razoavelmente	3
Demonstra consideravelmente	4
Demonstra totalmente	5

Ao fim, para cada base de dados foi feita uma média da pontuação dada por cada um dos 4 avaliadores, de modo que as bases de dados foram pontuadas da seguinte maneira:

Base de dados	Média no critério 7
ATD	3.5
CAMERAS	3
DIARIAS	1.5
DTM	2
PORTARIAS	2
SAC	5
SCDES	5
SGCON	3.5
SGFD	4.5
SGP	5
SIAR	4.5
SICAD	1
SICAF	1.5
SICAM	3
SIGERO	1.5
SIGOA	4
SIGOR	5
SIPAT	2.5
SIRGEO	2.5
VDMS	3
FCT	3
FCV	3
SCGR	2.5
SCTT Apoio	3
SCTO Apoio	3
SCTA Apoio	3
VDM	3

POSSIBILIDADE DE FOMENTO A NOVOS NEGÓCIOS

Este critério foi avaliado por meio de um questionário destinado ao Núcleo Avaliador de Dados Abertos. Cada base foi pontuada conforme a percepção dos avaliadores, respondendo a seguinte pergunta “Na sua opinião, a base de dado demonstra possibilidade de fomento a novos negócios/serviços/produtos/usos na sociedade? “ . A resposta tinha cinco opções fechadas, conforme escala Likert, que iam de “não demonstra” a “demonstra totalmente”. A cada opção, foi atribuída uma pontuação equivalente, conforme tabela abaixo: *A cada opção, foi atribuída uma pontuação equivalente, conforme tabela abaixo:*

Likert Resposta dos avaliadores	Pontuação equivalente
Não demonstra	1
Pouco demonstra	2
Demonstra razoavelmente	3
Demonstra consideravelmente	4
Demonstra totalmente	5

Ao fim, para cada base de dados foi feita uma média da pontuação dada por cada um dos 4 avaliadores, de modo que as bases de dados foram pontuadas da seguinte maneira:

Base de dados	Média no critério 8
ATD	4.5
CAMERAS	3
DIARIAS	2.5
DTM	3
PORTARIAS	4
SAC	4
SCDES	4
SGCON	3
SGFD	5
SGP	4.5
SIAR	4
SICAD	1.5
SICAF	2.5
SICAM	3

Base de dados	Média no critério 8
SIGERO	2
SIGOA	3.5
SIGOR	4.5
SIPAT	3.5
SIRGEO	3
VDMS	3.5
FCT	2.5
FCV	3
SCGR	3
SCTT Apoio	3.5
SCTO Apoio	3
SCTA Apoio	3
VDM	3.5

Por fim, foi montada a matriz de priorização de abertura de bases de dados, levando os 8 critérios supracitados em consideração. A tabela final pode ser observada abaixo:

	CRITÉRIOS										
BASE DE DADOS	GRAU DE RELEVÂNCIA PARA O CIDADÃO (CONSULTA PÚBLICA)*	MAIS SOLICITADOS EM TRANSPARÊNCIA PASSIVA DESDE A LAI	ESTÍMULO AO CONTROLE SOCIAL	POSSUI OBRIGATORIEDADE LEGAL/COMPROMISSO ASSUMIDO DE DISPONIBILIZAÇÃO DAQUELE DADO	REFERE-SE A PROJETOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO	DEMONSTRA RESULTADOS DIRETOS E EFETIVOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	GCAPACIDADE DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	POSSIBILIDADE DE FOMENTO A NOVOS NEGÓCIOS NA SOCIEDADE	TOTAL	ORDEM DE PRIORIDADE DE ABERTURA
PESO	1	0	1	1	2	1	1	1	1		
AVALIADOR	NÚCLEO AVALIADOR DADOS ABERTOS										
ATD		1	3	4,5	1	5	4	3,5	4,5	3,31	7
CAMERAS	4,4	4	5	3	1	5	2,5	3	3	3,10	14
DIARIAS		1	1	3,5	5	1	2,5	1,5	2,5	2,75	22
DTM	3,9	4	1	2	1	1	2	2	3	1,88	26
PORTARIAS		1	1	3	1	1	3	2	4	2,00	25
SAC	4,5	9	3	5	1	5	5	5	4	3,73	5

AVALIADOR	BASE DE DADOS	GRAU DE RELEVÂNCIA PARA O CIDADÃO (CONSULTA PÚBLICA)*	MAIS SOLICITADOS EM TRANSPARÊNCIA PASSIVA DESDE A LAI	ESTÍMULO AO CONTROLE SOCIAL	POSSUI OBRIGATORIEDADE LEGAL/COMPROMISSO ASSUMIDO DE DISPONIBILIZAÇÃO DAQUELE DADO	REFERE-SE A PROJETOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO	GDEMONSTRA RESULTADOS DIRETOS E EFETIVOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	GCAPACIDADE DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	POSSIBILIDADE DE FOMENTO A NOVOS NEGÓCIOS NA SOCIEDADE	TOTAL	GORDEM DE PRIORIDADE DE ABERTURA
PESO	1	0	1	1	2	1	1	1	1		
NÚCLEO AVALIADOR DADOS ABERTOS											
SCDES		1	5	5	1	5	5	5	4	3,88	2
SGCON		1	1	3,5	5	1	3	3,5	3	3,13	13
SGFD		1	5	5	1	5	5	4,5	5	3,94	1
SGP	4,4	7	3	5	1	5	5	5	4,5	3,77	4
SIAR		1	1	4	1	5	4	4,5	4	3,06	16
SICAD	4,1	3	1	1,5	1	1	1	1	1,5	1,46	27
SICAF		1	1	4	5	1	3	1,5	2,5	2,88	20
SICAM	4,3	5	5	3	1	5	2,5	3	3	3,09	15
SIGERO		1	1	2,5	5	1	2,5	1,5	2	2,56	23
SIGOA		1	3	5	1	1	5	4	3,5	2,94	19
SIGOR	4,4	7	1	5	1	5	5	5	4,5	3,55	6
SIPAT		1	5	5	1	1	4	2,5	3,5	2,88	21
SIRGEO	4,6	1	4,5	1	5	4,5	4	2,5	3	3,02	18
VDMS	4,2	4	3	4,5	1	5	4	3	3,5	3,25	10
FCT		1	3	4	5	5	3,5	3	2,5	3,88	3
FCV		1	1	4	5	1	3,5	3	3	3,19	12
SCGR		1	1	3,5	5	1	3,5	2,5	3	3,06	17
SCTT APOIO		1	1	4,5	1	1	4	3	3,5	2,38	24
SCTO APOIO		1	1	4,5	1	1	4	3	3	3,25	8
SCTA APOIO		1	1	4	5	1	4	3	3	3,25	9
VDM	4,1	9	3	4,5	1	5	4	3	3,5	3,24	11

PUBLICIZAÇÃO

O Portal de Dados Abertos do DER, encontra-se disponível no website da autarquia *(www.der.sp.gov.br)*, onde serão publicadas todas as bases de dados tratadas neste plano. A página caracteriza-se por dar transparência à sociedade acerca das principais responsabilidades e indicadores do órgão. Para garantir que as informações estejam atualizadas e disponibilizadas da melhor forma possível, definiu-se o fluxo de atualização do portal a partir de três momentos. No primeiro momento todas as bases de dados que já estão presentes no Portal de Dados Abertos foram validadas com relação a pertinência e formato, identificando possíveis melhorias nos arquivos, os responsáveis pelos dados e seus respectivos suplentes.

No segundo momento deste planejamento, organizou-se a estrutura de pastas em nuvem que armazenará todas as bases de dados a serem carregadas no Portal. Esta etapa é importante pois garante a atualização dos arquivos de maneira transparente, bem como proporciona eficiente controle de backup e versionamento dos arquivos.

Por fim, estabeleceu-se conjuntamente com todas as áreas envolvidas no planejamento do Portal a rotina de atualização dos dados, que consistirá em disponibilizar os arquivos mais atuais todo dia 20 (vinte) do mês vigente, contendo as informações do mês anterior e o histórico que for pertinente. Definiu-se também que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação será a responsável por transferir os arquivos da estrutura em nuvem para o Portal dos Dados Abertos.

Com relação ao Portal, os conjuntos de dados já publicados dividem-se atualmente em sete temas, sendo eles:

I

ADMINISTRAÇÃO

Dispõe das informações administrativas de interesse público:

- Diárias e Passagens Aéreas – Conjunto de informações sobre os gastos do DER com deslocamentos de seus servidores e colaboradores.
- PPA 2024-2027 – O plano Plurianual que estabelece metas e estratégias de longo prazo para a gestão e melhoria das rodovias administradas pelo DER-SP
- Restrições ao Trânsito de Veículos de Carga
- Sanções Administrativas – Apresenta informações sobre penalidades aplicadas a empresas ou prestadores de serviços que descumpriram contratos ou normativas junto ao DER.
- Servidores e Remuneração – Disponibiliza informações sobre os servidores públicos que atuam no DER, incluindo dados como cargos, vínculos, lotações e remunerações.

- Licitações – Agrupa informações e dados sobre os processos licitatórios para a contratação de obras e serviços do DER.

II

ATIVOS RODOVIÁRIOS

Centraliza informações com relação a localização, quantidade e disponibilidade dos ativos rodoviários, tais como:

- Acessos – Dispõe de informações relacionadas a acessos a vias de ligação às rodovias, que permitem o ingresso ou egresso dos veículos aos locais adjacentes.
- Balanças – Localização e outras informações sobre os bueiros instalados nas rodovias administradas pelo DER-SP.
- Bueiros - Localização e informações relacionadas a bueiros instaladas nas rodovias administradas pelo DER-SP.
- Câmeras - Localização e outras informações sobre as câmeras instaladas nas rodovias administradas pelo DER-SP.
- Obras de Arte Especiais (OAE) - Localização e outras informações sobre as OAEs presentes nas rodovias administradas pelo DER-SP.
- Pedágio – Informações relacionadas as praças de pedágio do DER-SP
- Sinalização Vertical – Informações de localização e quantidade dos elementos de sinalização vertical rodoviária.
- Radar – Informações de localização e quantidade de radares nas rodovias administradas pelo DER-SP.

III

COORDENADORIA GERAL REGIONAL

Considera as disposições regionais do DER:

- Residências de Conservação – Apresenta a relação das Residências de Conservação da malha do DER.
- Divisões Regionais- Relação das Coordenadorias Gerais Regionais da malha.

IV

SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL

Dispõe de informações sobre as rodovias sob administração do DER:

- Classificação e Codificação de Rodovias – Documento com as diretrizes de classificação e codificação das rodovias estaduais de São Paulo.
- Extensão do Sistema Rodoviário – Relatório com extensões totais das rodovias sob jurisdição do DER-SP.

- Evolução do Sistema Rodoviário Estadual – Evolução histórica da extensão da malha rodoviária do Estado de São Paulo.

- Sistema Rodoviário Estadual – Informações sobre a malha rodoviária sob jurisdição do DER-SP.

V

OBRAS

Concentra todos os dados relativos as obras realizadas na malha sob jurisdição do DER, sendo eles:

- Conservação de Rotina – Apresenta informações sobre serviços regulares de manutenção rodoviária, como reparos de pavimentos e sinalização.

- Conservação Especial – Detalha intervenções mais complexas e pontuais, como grandes reparos ou reconstrução de trechos específicos das rodovias.

- Construção/Melhorias – Relação de contratos de implantação e pavimentação de rodovias estaduais sob administração do DER-SP.

- Obras Municipais – Relação de contratos de obras e manutenções em estradas municipais que conectam áreas rurais e pequenas localidades nas rodovias estaduais administradas pelo DER-SP.

- Obras Emergenciais – Relação de contratos de obras executadas em caráter emergencial, visando solucionar problemas críticos nas rodovias sob jurisdição do DER-SP.

- Painel de Contratos Emergenciais – Apresenta, em formato de dashboard, a relação e detalhamento de contratos emergenciais firmados pelo DER.

VI

SEGURANÇA VIÁRIA

Compila as principais informações com relação a acidentes e melhorias no quesito da segurança dos usuários:

- Anuário Rodoviário de Acidentes – Relatório anual que compila e analisa dados sobre acidentes nas rodovias sob jurisdição do DER-SP.

- Plano de Segurança Viária – Documento que define ações focadas na melhoria da segurança nas rodovias sob jurisdição do DER-SP.

- Acidentes – Arquivos contendo as ocorrências de acidentes na malha rodoviária do DER-SP e suas informações relacionadas.

- Dashboard de Acidentes – Este relatório oferece uma análise abrangente dos acidentes ocorridos nas rodovias estaduais administradas pelo DER-SP.

VII

VOLUME DIÁRIO MÉDIO DAS RODOVIAS (VDM)

Reúne informações acerca da volumetria de tráfego nas rodovias administradas pelo DER, tais como:

- Contagem Volumétrica Classificatória – Relação de Volume Diário Médio para cada posto de contagem nas rodovias estaduais sob jurisdição do DER.

- Volume Diário Médio das Rodovias (VDM) – Apresenta o histórico de VDM para os postos de contagem ativos e calcula o tráfego projetado em rodovias estaduais sob jurisdição do DER.

Podem ocorrer mudanças na estrutura temática dos conjuntos de dados, dados que serão feitas diversas inclusões ao longo da vigência deste Plano.

MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO

A estratégia de monitoramento e comunicação do Plano de Dados Abertos (PDA) visa garantir a efetividade da implementação, a transparência do processo e o engajamento da sociedade no uso e reuso dos dados. O acompanhamento da execução do PDA será realizado por meio de reuniões trimestrais com os pontos focais internos do DER/SP, permitindo avaliar o progresso da abertura das bases, identificar desafios e propor ajustes. Além disso, feedback da sociedade civil sobre a utilidade, acessibilidade e qualidade dos dados disponibilizados será recebido, enquanto relatórios anuais de transparência apresentarão um balanço das bases abertas, desafios enfrentados e perspectivas futuras.

O engajamento com a sociedade e o fomento ao uso dos dados serão impulsionados por ações contínuas, começando com um painel com usuários dos dados no evento de lançamento do PDA, no dia 25 de março de 2025, onde serão debatidas aplicações práticas das bases abertas. Além disso, serão promovidos desafios de inovação para estimular o desenvolvimento de soluções baseadas nos dados abertos, bem como parcerias com universidades, empresas e startups para incentivar pesquisas e aplicações concretas.

A comunicação e divulgação das bases de dados abertas serão estruturadas para ampliar o alcance e a participação da sociedade. Um portal de dados abertos será disponibilizado, reunindo todas as bases abertas em um ambiente de fácil acesso, com materiais explicativos sobre seus formatos e possíveis usos. Boletins informativos trimestrais serão publicados pela CEP no site do DER/SP e nas redes sociais institucionais, trazendo atualizações sobre novas bases, eventos e boas práticas de uso, dentre outros assuntos nem sempre relacionados a dados abertos. Eventos e workshops periódicos serão organizados para capacitar servidores, além de apresentar casos reais de uso dos dados. Para fortalecer a participação social, será criado um canal específico para recebimento de dúvidas e sugestões, além da divulgação ativa das iniciativas nas redes sociais e canais institucionais.

Com essa estratégia de monitoramento e comunicação, o PDA não apenas garantirá a transparência na abertura de dados, mas também incentivará sua ampla utilização pela sociedade e pelo governo, fortalecendo a cultura de dados abertos e promovendo maior controle social e inovação.

A Resolução CGE nº 14/2024, em seu artigo 11, determinou que a Controladoria Geral Estado ficará responsável pelo monitoramento da implementação da Política de Dados Abertos. Considerando que o PDA é o instrumento que operacionaliza a Política de Dados Abertos, e, em conformidade com o disposto no artigo 12, incisos I e III, da referida resolução, a autoridade designada nos termos do artigo 7º, do Decreto nº 68.769/2024, é a responsável por:

- *Assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos;*
- *Monitorar a implementação do Plano de Dados no seu respectivo órgão ou entidade;*
- *Elaborar relatório anual sobre o cumprimento do PDA.*

A fim de atender ao previsto na norma, os responsáveis deverão monitorar e documentar, de forma periódica:

- *O cumprimento do cronograma de abertura de dados, verificando se os dados previstos foram publicados/disponibilizados no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade, dentro do menu "Transparência", submenu "Dados Abertos";*
- *A definição e o registro dos responsáveis pela curadoria da publicação de cada uma das bases de dados;*
- *A verificação da nomenclatura das bases publicadas, garantindo que esteja idêntica à adotada no PDA;*
- *A disponibilidade e a atualização das bases catalogadas;*
- *O adequado suporte tecnológico para publicação e sustentação do conteúdo;*
- *O acompanhamento das principais demandas relativas a dados abertos que são encaminhadas ao órgão ou entidade, por meio dos canais institucionais.*

Além disso, as autoridades de que trata o artigo 7º, do Decreto nº 68.769/2024, deverão, sempre que necessário, propor melhorias dos dados disponibilizados. Importante destacar que o processo de curadoria dos dados é realizado, em primeiro lugar, pela própria área finalística responsável por eles. Na curadoria, é importante zelar pela qualidade, completude e atualidade dos metadados, bem como pelo uso de linguagem cidadã no título e na descrição dos conjuntos de dados que expliquem, inclusive, a política pública relacionada aos dados publicados.

A institucionalização do Plano de Dados Abertos, sua governança e revisões deverão ser comunicados a todos os agentes públicos do órgão ou entidade por meio dos veículos de comunicação interna, e à sociedade por meio do Portal de Dados Abertos e site institucional oficial.

ANÁLISE DE RISCOS

Para garantir que a abertura de dados ocorra de maneira segura, eficiente e alinhada às diretrizes institucionais, é essencial mapear os principais riscos envolvidos. A matriz de risco a seguir apresenta os desafios mais comuns, avaliando seu impacto e probabilidade, além de propor soluções práticas para cada um deles.

Problema	Impacto	Probabilidade	Solução
Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	Alto	Médio-Alto	Implementar anonimização, restringir dados sensíveis e validar a conformidade com a LGPD antes da publicação
Sigilo e Segurança da Informação	Alto	Médio	Realizar classificação dos dados, aplicar medidas de segurança e definir critérios para abertura
Direitos Autorais e de Terceiros	Médio	Baixo-Médio	Revisar contratos, obter permissões e definir licenciamento adequado para os dados
Resistência Interna	Médio	Alto	Engajar servidores, demonstrar benefícios da transparência e garantir suporte institucional
Falta de Cultura de Transparência	Médio	Médio-Alto	Promover capacitações
Falta de Prioridade	Médio	Alto	Engajar os gestores das bases de dados e a alta gestão e realinhar cronograma
Qualidade e Organização dos Dados	Alto	Médio-Alto	Estabelecer processos de padronização, validação e limpeza dos dados antes da publicação
Falta de Padrões e Documentação	Alto	Médio-Alto	Criar dicionários de dados e metadados, padronizar formatos e disponibilizar guias para usuários
Manutenção Contínua	Médio	Alto	Estabelecer cronogramas de atualização e responsáveis pela atualização dos dados
Falta de Equipe e Recursos	Alto	Médio-Alto	Definir responsáveis pela abertura e buscar parcerias internas e externas para suporte técnico
Interpretação e Uso dos Dados	Médio	Alto	Criar notas explicativas, oferecer guias e promover eventos para esclarecer a utilização dos dados

Com essa abordagem, busca-se não apenas reduzir obstáculos técnicos e institucionais, mas também promover uma cultura de transparência e gestão eficiente da informação pública.

Em alguns casos, a abertura de determinadas bases de dados pode se mostrar inviável devido a restrições legais, riscos à segurança da informação ou falta de qualidade e estruturação dos dados. Nesses cenários, é fundamental realizar uma avaliação criteriosa, garantindo que a decisão esteja alinhada com as diretrizes institucionais e normativas aplicáveis. Qualquer decisão sobre a abertura ou restrição de dados será tomada em conjunto com a alta gestão do órgão, assegurando que o processo seja transparente, justificado e compatível com os objetivos estratégicos da instituição.

PLANO DE AÇÃO

Cronograma de Elaboração e Sustentação do Plano de Dados Abertos (PDA)

Fase 1 — ELABORAÇÃO DO PDA (JANEIRO – MARÇO DE 2025)

- **Janeiro a início de março de 2025**
  Desenvolvimento do PDA com base no inventário de bases de dados já elaborado.
- **Fevereiro de 2025**
  Realização da consulta pública e organização das informações para a matriz de priorização.
- **Fevereiro de 2025**
  Definição de pontos focais no DER para acompanhar a execução do PDA.
- **Março de 2025**
  Finalização do documento e preparação para o lançamento.

Fase 2 — LANÇAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO (MARÇO – ABRIL DE 2025)

- **25 de março de 2025**
  Evento de lançamento do PDA, apresentando seus objetivos, metodologia e impactos esperados.
- **1º de abril de 2025**
  Início oficial da execução do PDA.

Fase 3 — ACOMPANHAMENTO E ATUALIZAÇÃO (TRIMESTRALMENTE A PARTIR DE ABRIL DE 2025)

- **A partir de 1º de abril de 2025**
  Monitoramento contínuo da execução do PDA pelos pontos focais designados.
- **Reuniões trimestrais (julho, outubro de 2025 e janeir o de 2026, e assim por diante)**
  Avaliação do cumprimento do cronograma, análise da utilização dos dados abertos e identificação de melhorias. Capacitação para atualização dos dados com os pontos focais de cada base atualizável.
- **Acompanhamento publicado no boletim trimestral da CEP**
- **Ajustes e aprimoramentos contínuos**

Com base nas avaliações trimestrais e no feedback da sociedade, poderão ser feitas adequações na implementação do PDA. Esse cronograma assegura um planejamento estruturado para a elaboração, lançamento e acompanhamento do Plano de Dados Abertos, garantindo sua efetividade e alinhamento com as diretrizes de transparência e governança pública.

Cronograma de Promoção, Fomento, Uso e Reuso das Bases de Dados Abertas

Fase I

LANÇAMENTO E SENSIBILIZAÇÃO (MARÇO DE 2025)

25 de março de 2025
Painel com usuários dos dados no evento de lançamento do PDA

- *Apresentação das bases de dados abertas e sua aplicabilidade.*
- *Debate com representantes da sociedade civil, governo e setor privado sobre o uso dos dados.*
- *Divulgação de casos de sucesso e boas práticas de uso e reuso de dados abertos.*

Fase 2

MONITORAMENTO E ENGAJAMENTO CONTÍNUO (A PARTIR DE ABRIL DE 2025)

Consultas sobre as bases de dados abertas

- *Coleta de feedback no próprio site a partir da abertura da primeira base. Quantidade mínima de feedback deve ser atingida.*

Fase 3

EXPANSÃO E CAPACITAÇÃO (A PARTIR DE ABRIL DE 2025 – AÇÕES CONTÍNUAS)

Workshops e treinamentos periódicos para o público interno

- *Realização de eventos técnicos para capacitação de servidores, acompanhados de campanha sobre importância do preenchimento correto de sistemas.*

Parcerias e incentivos para inovação

- *Promoção de hackathons, desafios de inovação e estímulo ao desenvolvimento de soluções baseadas nos dados abertos, focado em um evento ao final do ciclo desse plano.*

Divulgação e incentivo ao reuso dos dados e acompanhamento do número de usuários de cada dado.

- *Criação de materiais informativos, estudos de caso e campanhas para ampliar o conhecimento sobre as bases de dados disponíveis.*

Esse cronograma garante um ciclo contínuo de promoção, acompanhamento e aprimoramento do uso dos dados abertos, fortalecendo sua utilidade tanto para a sociedade quanto para o governo.

Cronograma de Abertura de Bases de Dados

A abertura das bases de dados seguirá um planejamento progressivo, garantindo qualidade, acessibilidade e alinhamento com as necessidades da sociedade e do governo. No primeiro ano, serão abertas três bases por trimestre, e no segundo ano, esse número aumentará para quatro bases por trimestre.

Ano I

2025: ABERTURA DE 3 BASES POR TRIMESTRE

1º trimestre (abril – junho de 2025)

- *Abertura da Base 1*
- *Abertura da Base 2*
- *Abertura da Base 3*

2º trimestre (julho – setembro de 2025)

- *Abertura da Base 4*
- *Abertura da Base 5*
- *Abertura da Base 6*

3º trimestre (outubro – dezembro de 2025)

- *Abertura da Base 7*
- *Abertura da Base 8*
- *Abertura da Base 9*

4º trimestre (janeiro – março de 2026)

- *Abertura da Base 10*
- *Abertura da Base 11*
- *Abertura da Base 12*

Ano 2

2026: ABERTURA DE 4 BASES POR TRIMESTRE

1º trimestre (abril – junho de 2026)

- *Abertura da Base 13*
- *Abertura da Base 14*
- *Abertura da Base 15*
- *Abertura da Base 16*

2º trimestre (julho – setembro de 2026)

- *Abertura da Base 17*
- *Abertura da Base 18*
- *Abertura da Base 19*
- *Abertura da Base 20*

3º trimestre (outubro – dezembro de 2026)

- *Abertura da Base 21*
- *Abertura da Base 22*
- *Abertura da Base 23*
- *Abertura da Base 24*

4º trimestre (janeiro – março de 2027)

- *Abertura da Base 25*
- *Abertura da Base 26*
- *Abertura da Base 27*
- *Abertura da Base 28*

Esse cronograma garante a abertura progressiva das bases, permitindo um acompanhamento contínuo e ajustes conforme o retorno da sociedade e dos usuários dos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Dados Abertos do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP) representa um marco significativo no compromisso com a transparência, a inovação e a governança pública. Sua construção envolveu uma articulação eficiente entre diferentes áreas do órgão, além da participação ativa da sociedade por meio de consultas públicas, garantindo que as informações disponibilizadas atendam efetivamente às demandas sociais e promovam o controle social.

A implementação progressiva do plano, aliada a estratégias de monitoramento e comunicação bem delineadas, assegura que os dados abertos sejam não apenas acessíveis, mas também relevantes e utilizados de maneira estratégica. A criação de parcerias com instituições acadêmicas, empresas e a promoção de desafios de inovação reforçam o potencial desses dados como impulsionadores de pesquisas, novos negócios e soluções tecnológicas voltadas para a melhoria da infraestrutura rodoviária estadual.

Além disso, a institucionalização da política de dados abertos consolida uma cultura de transparência e integridade, alinhada aos princípios constitucionais e às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A expectativa é que, com a execução eficaz deste plano, o DER/SP se torne uma referência em governança de dados, fortalecendo a confiança da sociedade nas ações do poder público e ampliando as possibilidades de desenvolvimento sustentável e inovação na gestão rodoviária. Dessa forma, o Plano de Dados Abertos não se limita a um compromisso formal, mas configura-se como uma ferramenta estratégica para modernizar a administração pública, aprimorar a tomada de decisões e fomentar um ambiente de colaboração contínua entre o governo e a sociedade.

DER
Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO